

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.297 - MA (2019/0138873-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : L C P D
ADVOGADO : JAMES GILES GARCIA LINDOSO - MA007515
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por L C P D, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO CONSTITUCIONAL APELAÇÃO CÍVEL
PRELIMINAR ACOLHIDA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES FUNCIONAIS INCIDÊNCIA DO
ART 11 DA LEI Nº 8429/1992 DOLO GENÉRICO CONFIGURADO
ATO ÍMPROBO CARACTERIZADO APELO IMPROVIDO
UNANIMIDADE

Alega violação do art. 1013, § 3º, do CPC, no que concerne à supressão de instância, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No caso dos autos, entende o recorrente, data máxima vênia, que os v. ACORDÃOS contrariou lei federal. qual seja, ao artigo 1.013, § 3º, do Código de Processo Civil, ao promover, após acolhimento da preliminar, o imediato julgamento de mérito da Apelação Cível interposta, salvo melhor juízo, fora das hipóteses legais. Tal proceder implicando, inclusive, em verdadeira supressão de instância (fls. 801-802).

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado por L C P D, quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp

n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

